



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

**EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS
EUROPEUS
DEPUTADO PAULO MOTA PINTO**

Of. n.º 118/12ª-CPECC/2014

28-05-2014

Assunto: Envio do Relatório sobre COM (2014) 173 final

Para os devidos efeitos, junto envio a Vossa Excelência Parecer sobre o Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Os Diálogos com os Cidadãos como um contributo para a criação de um espaço público europeu - **COM (2014) 173 final**, aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP, a abstenção do PCP e a ausência do BE, na reunião desta Comissão Parlamentar realizada em **28 de maio de 2014**.

O Presidente da Comissão,

(José Mendes Bota)



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Parecer sobre o Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Os Diálogos com os Cidadãos como um contributo para a criação de um espaço público europeu
COM (2014) 173 final

Autor: Deputada
Sandra Pontedeira



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

ÍNDICE

PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

PARTE II – CONSIDERANDOS

PARTE III - CONCLUSÕES



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito de construção da União Europeia, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias, aprovada em 8 de janeiro de 2013, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação recebeu o Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre “Os Diálogos com os Cidadãos como um contributo para a criação de um espaço público europeu”.

A supra identificada iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 27 de março do corrente e, atento o seu objeto, foi distribuída em reunião de 15 de abril à Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação para efeitos de análise e elaboração do competente parecer.

PARTE II – CONSIDERANDOS

1. Em geral

- **Objetivo da Iniciativa**

A propósito da designação, pela Comissão Europeia, do ano de 2013 como Ano Europeu dos Cidadãos, foi promovido um conjunto de iniciativas dirigidas ao esclarecimento e divulgação dos direitos, deveres e oportunidades dos cerca de 500 milhões de europeus beneficiários da cidadania europeia.

Estas iniciativas são cada vez mais prementes, tendo em consideração a crise económica, financeira e social que se faz sentir nos últimos anos na União Europeia e que tem abalado, progressivamente, a confiança dos cidadãos nas estruturas políticas nacionais e europeias.

O necessário reforço das estruturas democráticas foi assim alcançado através da iniciativa *“Diálogo com os Cidadãos”*, consubstanciado um novo instrumento de comunicação que institui um modelo de reuniões públicas informais ou fóruns locais, onde os políticos ouvem a população e debatem com eles as políticas futuras a empreender.

Da experiência recolhida, ressalta a necessidade de explorar estes instrumentos de participação ativa da comunidade nas decisões comuns à União Europeia, permitindo o pleno uso dos direitos inerentes à nossa qualidade de cidadãos europeus.

De uma forma geral, estes debates proporcionaram uma interação entre os decisores políticos e a população sujeita a essas decisões, mediante o debate das atuais políticas prosseguidas e das consequências das mesmas no dia-a-dia dos cidadãos, contribuindo assim para a criação de um Espaço Público Europeu.

- **Principais aspetos**

Reforço da democracia

Este “*Diálogo com os Cidadãos*” constitui uma oportunidade para reforçar a democracia, para “criar uma narrativa europeia baseada nos nossos valores comuns e que tenha em consideração as especificidades nacionais e regionais”.

O contexto de crise com que nos confrontamos vem amplificando a quebra de confiança na governação nacional e europeia e na respetiva liderança política¹, pelo que estes instrumentos democráticos são uma plataforma de extrema importância para inverter esta tendência.

De acordo com os dados inscritos neste relatório, entre setembro de 2012 e março de 2014 realizaram-se 51 iniciativas em todos os Estados-Membros, tendo participado 22 dos 28 comissários atuais, na maioria dos casos conjuntamente com representantes do Parlamento Europeu e políticos nacionais ou locais.

Formato destes “Diálogos com os Cidadãos”

Estes eventos, de entrada livre e sem pré-seleção, tiveram a duração de 1,5h/2h e, embora perspetivados para se centrarem em três temas essenciais (recuperação da crise económica, direitos dos cidadãos e futuro da Europa), abordaram outras questões como a complementaridade entre a integração economia e o reforço da democracia, a necessidade de preservar a paz alcançada com a integração numa cultura europeia ou o indispensável reforço da efetiva liberdade de escolha política.

A divulgação dos mesmos concretizou-se através de várias plataformas; seja nos meios de comunicação regionais e nacionais, seja nos sítios Web das representações da Comissão e através das redes sociais.

¹ De acordo com os inquéritos Eurobarómetro, a confiança na UE e nas instituições nacionais, entre 2007 e 2013, diminuiu de 57% para 31% e de 41% para 23%, respetivamente

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Este debate, para além da participação dos cidadãos no espaço físico em que se realizou, proporcionou a possibilidade de resposta pelos oradores presentes aos comentários recebidos nas redes sociais.

A publicitação destes eventos passou ainda pela sua transmissão em linha e em direto nas línguas da região de acolhimento e em inglês, bem como pela criação de uma plataforma de acompanhamento dos debates² e, nalguns casos, pela transmissão em direto por estações de televisão regionais ou nacionais.

Nalguns Estados-Membros, organizaram-se debates preparatórios e de acompanhamento bem como diálogos temáticos que definiram as temáticas mais relevantes para o debate propriamente dito, sendo que na grande generalidade das cidades de acolhimento, foram à data publicitados suplementos sobre a Europa, as suas instituições e os direitos dos cidadão ou entrevistas com os Comissários presentes nestes eventos.³

A conclusão deste trabalho perpetrado em todos os Estados-Membros, concretizou-se no passado dia 27 de março, em Bruxelas, com a realização de um evento pan-europeu que contou com participantes de todas as cidades de acolhimento dos *“Diálogos com os Cidadãos”*.

Participação dos cidadãos dos Estados-Membros

De acordo com o Relatório aqui em análise, estiveram fisicamente presentes cerca de 350 cidadãos em cada evento, num total de cerca de 16 000 cidadão de todos os Estados-Membros.

Já a transmissão em direto na Internet e nas redes sociais foi acompanhada por cerca de 105 000 pessoas, constituindo uma ferramenta de comunicação em expansão e que, no futuro, deve ser devidamente potencializada.

Finalmente, sublinhar que as perguntas e os comentários recebidos após a realização destes eventos nas Representações da Comissão nos Estados-Membros e no centro de chamadas

² www.debatingeurope.eu

³ Esta divulgação representa um potencial alcance de 43 milhões de leitores de jornais e 51 milhões de leitores nos sítios Web

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Europe Direct demonstram que os debates tiveram um efeito de muito maior alcance do que o clássico discurso unilateral.

2. Aspetos relevantes

- **Análise e pronúncia sobre questões de substância da iniciativa**

A presente iniciativa promovida pela Comissão representa uma alavanca muito positiva para o reforço da confiança política dos cidadãos nas estruturas políticas nacionais e internacionais e, como tal, devem ser mantidas e, inclusive, reforçadas.

De acordo com os inquéritos do Eurobarómetro, dois em cada três europeus sentem que a opinião dos cidadãos não é tida em conta no momento da tomada de decisões políticas e, conseqüentemente, 9 em cada 10 europeus consideram que os “*Diálogos com os Cidadãos*” devem continuar a ser promovidos no futuro.

A concretização de um Espaço Público Europeu constitui, assim, uma prioridade para o futuro da União Europeia e é nesta perspetiva que deve ser avaliado o presente relatório, não só a nível europeu mas também a nível nacional, onde estes espaços de debate escasseiam e, como tal, devem ser promovidos para contrariar esta tendência.

- **Implicações para Portugal**

No passado dia 22 de fevereiro realizou-se a sessão nacional dos “*Diálogos com os Cidadãos*” em Portugal, mais concretamente na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra.

Este evento contou com a participação da Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissária para a Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania, Viviane Reding e foi acompanhado em direto através da SIC Notícias Interativa e da *Europe by Satellite*, para além da sua disponibilização webstream e através das redes sociais Twitter e Facebook.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

O diálogo centrou-se sobretudo nos direitos dos cidadãos na UE, na resposta à crise económica e no futuro da Europa e contou com a participação livre dos cidadãos, mediante inscrição prévia, contando ainda com três sessões paralelas em Aveiro, no Luxemburgo e nos Açores e com intervenções em direto via Skype.

Durante o evento houve ainda tempo para dois momentos musicais, a cargo da Associação Académica de Coimbra e da Orquestra Gerações.

3. Princípio da subsidiariedade

O presente parecer debruça-se sobre um relatório da Comissão, pelo que não há lugar à análise da observância do princípio da subsidiariedade.

PARTE III - CONCLUSÕES

Face aos considerandos que antecedem, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação conclui no seguinte sentido:

- A) O Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões faz a análise dos “Diálogos com os Cidadãos”, realizados em todos os Estados-Membros entre 2012 e 2014, enquanto contributo para a criação de um espaço público europeu;
- B) Trata-se de uma iniciativa não legislativa, pelo que não há lugar à análise da observância do princípio da subsidiariedade pela Comissão;
- C) A Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação dá por concluído o escrutínio da presente iniciativa, devendo o presente parecer ser remetido à Comissão dos Assuntos Europeus para os devidos efeitos, nos termos da Lei nº 43/2006, de 25 de agosto.
- D) Em função da intenção demonstrada no presente relatório de manter e reforçar estas plataformas democráticas de debate entre entidades políticas e cidadãos, a Comissão pretende acompanhar, no futuro, a expansão desta estrutura de participação cívica e a eventual criação de novos instrumentos com o mesmo fim.

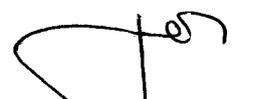
Palácio de S. Bento, 28 de maio de 2014

A Deputada Autora do Parecer



(Sandra Pontedeira)

O Presidente da Comissão



(Mendes Bota)